



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

INDICAÇÃO Nº 4087/2021

Indica a realização de estudos e análises acerca da criação, implementação e sistematização da Política de Enfrentamento e Erradicação da Pobreza Menstrual.

Apresentamos, muito respeitosamente, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito Municipal, a Indicação em cotejo, para que, juntamente aos demais órgãos desta Egrégia Administração Pública, Secretarias, Coordenadorias e Gerências, se dignem na realização de estudos e análises acerca da criação, implementação e sistematização da Política de Enfrentamento e Erradicação da Pobreza Menstrual – criando condições para a disponibilização de absorventes higiênicos, e demais itens básicos de higiene, para as meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade; garantindo a infraestrutura pública sanitária e a efetivação do direito universal ao acesso à educação menstrual.

À guisa de justificativas, a pobreza menstrual pode ser diagnosticada pela ausência de condições financeiras para a aquisição de absorventes higiênicos e demais itens básicos de higiene, falta de infraestrutura sanitária e de efetivação ao direito ao acesso à educação menstrual. A própria liberdade de ir e vir pode restar comprometida se a dignidade menstrual, as condições materiais e psíquicas não estiverem ao alcance de todas as mulheres. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) levantaram informações dando conta de que 60% das adolescentes e jovens brasileiras já deixaram de ir à escola ou a outro local devido à menstruação. A dificuldade para a compra de absorventes higiênicos e demais itens de cuidado feminino foram relatados por 35% das entrevistadas, e, ainda, metade das meninas brasileiras denotam viver em lares com certos graus de insegurança alimentar, o que também compromete a aquisição de produtos menstruais e higiênicos.

UNICEF:

Mais de 60% de adolescentes e jovens que menstruam já deixaram de ir à escola ou a outro lugar que gostam por causa da menstruação, alertam UNICEF e UNFPA

PROTÓCOLO 7534/2021 - 17/09/2021 11:55



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Enquete realizada via plataforma U-Report Brasil com 1,7 mil pessoas revela experiências, impressões e desafios de adolescentes e jovens no Brasil sobre a menstruação.

Brasília, 14 de julho de 2021 – A menstruação, por mais que seja um processo natural, ainda é um tabu que afasta adolescentes e jovens da escola e causa constrangimento. É o que mostra uma enquete sobre saúde e dignidade menstrual realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), por meio da plataforma U-Report, em todo o Brasil. Embora não seja uma pesquisa com rigor metodológico, a enquete traz a visão de mais de 1.730 pessoas, a maioria entre 13 e 24 anos, que responderam voluntariamente. Entre elas, 82% menstruam e 18% não.

A experiência de menstruar é vista como algo muito difícil por 2 em cada 10 participantes da enquete que menstruam. Para 45%, é uma experiência mais ou menos difícil e 34% afirmam que “levam de boa”.

Entre quem menstrua, 62% afirmam que já deixaram de ir à escola, ou outros lugares por causa da menstruação. Além disso, 73% dizem que já sentiram constrangimento na escola ou em outro lugar público por conta menstruação.

O constrangimento é também notado por quem não menstrua: 58% disseram que já presenciaram essas situações de constrangimento.

“A dignidade menstrual é um direito de cada adolescente e jovem que menstrua. É essencial retirar o tabu em relação ao tema. As escolas têm um papel fundamental nesse processo. Cabe a elas acolher todas as pessoas que menstruam, e contribuir para transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor, sem *bullying*, e que respeite a todas e todos”, defende Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil.

Dignidade

menstrual

Entre adolescentes e jovens que menstruam, 35% afirmaram que já passaram por alguma dificuldade por não ter acesso a absorventes, copinhos, água ou outra forma de cuidar da higiene menstrual.

“A experiência de menstruar tem sido algo difícil para muitas pessoas que menstruam, seja pela falta de insumos, como absorventes, seja pelas condições estruturais, como água e banheiro. Na



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

enquete, ouvimos pessoas que, na falta de recursos mínimos, relataram uso de fralda, pano e até sabugo de milho no período menstrual. Isso tem um impacto profundo no direito de ir e vir, na construção de autoestima e confiança corporal, e na dignidade de pessoas que menstruam”, afirma Astrid Bant, representante do UNFPA no Brasil.

Educação sobre o tema

As informações sobre menstruação ainda não fazem parte da vida escolar. Entre as pessoas que menstruam, 71% disseram que nunca tiveram aulas, palestras ou rodas de conversa sobre cuidados na menstruação na escola. Entre quem não menstrua, 58% nunca tiveram.

As mães aparecem como as principais responsáveis por introduzir o assunto às pessoas que menstruam; em 55% dos casos, foram elas as primeiras a trazer informações sobre o tema. Entre as pessoas que não menstruam, as mães também possuem posição de destaque (27%), ficando atrás somente de começar a aprender por conta própria (30%).

A enquete é um recado que adolescentes e jovens estão dando à sociedade, por meio do U-Report. É essencial garantir espaços seguros de diálogo nas escolas e nas famílias para garantir que os direitos menstruais sejam respeitados.

Assim, à luz da dignidade da pessoa humana, é a presente Indicação com vistas a propor a realização de estudos e análises acerca da criação, implementação e sistematização da Política de Enfrentamento e Erradicação da Pobreza Menstrual – criando condições para a disponibilização de absorventes higiênicos, e demais itens básicos de higiene, para as meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade; garantindo a infraestrutura pública sanitária e a efetivação do direito universal ao acesso à educação menstrual.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 17 de setembro de 2021.

JOÃO CLEMENTE

PROTÓCOLO 7534/2021 - 17/09/2021 11:55